# Episódio 11: “O ovo de Colombo: Qualidade da informação e qualidade da democracia”

**[mix de ruídos introdutórios]**

**Luís Pinto [apresentador]:** Estados do tempo. Porque a qualidade da informação e a qualidade da democracia são bens de primeira necessidade.

**[música]**

**Luís Pinto:** Olá, obrigado por estar connosco no episódio 11 do Estados do Tempo, um podcast do Barómetro para a Qualidade da Informação e o Communitas. O tema de hoje relança uma questão que veio ganhando urgência nos anos mais recentes, numa sociedade capitalista onde cresce o populismo, o fascismo e a desinformação: como se preserva a qualidade das democracias e como é que esta se relaciona com a qualidade da informação? Quem nos conduz desta vez é Luís Loureiro.

**Luís Loureiro [moderador]:** Todos temos a perceção de que, de facto, as questões da economia política são fundamentais, mas é raro que as pessoas consigam desenvolver um pensamento crítico, aí está, desenvolver pensamento, desenvolver pensamento crítico, na tua perspetiva e do teu livro é desenvolver pensamento, no sentido de seguir aquela velha máxima do jornalismo de investigação, que tu também, certamente, aplicaste, do *follow the money*, seguir o dinheiro, o rasto do dinheiro. Nós nunca… acabamos por nunca conseguir seguir o rasto do dinheiro.

**Luís Pinto:** O nosso convidado de hoje é Rui Pereira.

**Rui Pereira [convidado]:** Digamos que, hoje, os média são… os média corporativos são empresas, propriedade de grandes empresas, que entre outros bens e investimentos têm os governos.

**Luís Pinto:** Rui Pereira é doutorado em Ciências da Comunicação na especialidade de Sociologia da Informação e da Comunicação pela Universidade do Minho. É, atualmente, professor associado da Universidade Lusófona e membro integrado do CICANT, onde tem, entre os seus interesses de investigação, as teorias da comunicação e da comunicação política, desenvolvidas particularmente a partir dos paradigmas críticos da comunicação e da filosofia política. É autor de várias obras de investigação jornalística, crónica e investigação académica, e de múltiplos artigos científicos, intervindo também pedagogicamente na área da educação pela arte, como um dos principais dinamizadores do Bando dos Gambozinos, no Porto, que completou recentemente 50 anos de vida.

Luís Miguel Loureiro é professor de jornalismo na Universidade do Minho. Leciona disciplinas na área da verificação e da investigação jornalística. Faz parte da equipa de coordenação do BIP. A carreira de jornalista, durante quase 30 anos em rádio e televisão, incluiu reportagens de guerra no Líbano e inúmeros trabalhos sobre situações de conflito.

**Luís Loureiro:** Pois muito bem, estamos aqui então para o Estados do Tempo, episódio 11. E para este episódio 11, nós propusemos aqui um tema que basicamente se resume à ideia do ovo de Colombo, àquela ideia de o que é que nasceu primeiro. No nosso caso, vamos tratar da dicotomia, do diálogo ou do conflito entre qualidade da informação e qualidade da democracia. Para tratarmos deste assunto, que não é certamente um assunto fácil de tratar num formato tão curto como é o de um podcast, convidámos Rui Pereira, professor associado da Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, investigador do CICANT, centro de investigação associada à comunicação, na Universidade de Lusófona, que, no meio de uma enorme carreira já como jornalista, foi jornalista essencialmente de investigação no Jornal Expresso durante duas décadas, não só no Jornal Expresso, também passou pelo Diário como jornalista, portanto com uma longa carreira no jornalismo, prémio Gazeta Revelação no início da sua carreira ainda como jornalista, autor de vários livros… Portanto, no meio disto tudo, foi publicando vários livros de investigação jornalística, de crónica, de comunicação e sociologia, livros cuja leitura recomendo, até porque muitos deles tocam, exatamente, ou vários deles tocam exatamente o tema que nós vamos hoje tratar.

Eu sublinharia, Rui Pereira… muito obrigado, bom dia, ou boa tarde, ou boa noite, como são tão horas no local, etc., etc., aquelas coisas que a gente dizia na rádio. Isto vai ser ouvido quando as pessoas quiserem, na verdade, e, portanto, eu sublinharia uma obra que tu tens, e permite-me tratar-te já por tu, porque nós, de facto, somos amigos, além de colegas de longa data, camaradas como jornalistas, etc., o livro *Pensar em Tempos de Não Pensamento para uma Analítica do Brutal na Contemporaneidade*. Ou na atualidade, agora já eu estou a citar de memória, não sei se tu colocaste na contemporaneidade ou na atualidade.

**Rui Pereira:** Contemporaneidade.

**Luís Loureiro:** Contemporaneidade, exatamente. Faz mais sentido, de facto, em relação ao teu pensamento. *Pensar em Tempos de Não Pensamento*. Curiosamente, eu até ia pegar aqui porque tu articulas sempre, constantemente, esta questão da informação, a questão dos média, com a nossa situação de seres, neste momento, já dificilmente pensantes. Ou seja, a deixarmos de parte aquela ideia do *homo sapiens* como um ser pensante. Eu gostava que começássemos por aqui, porque iremos então, a partir daqui, articular aí, a ideia da qualidade da informação versus qualidade da democracia.

**Rui Pereira:** Bom dia, boa tarde, boa noite, muito obrigado, antes de tudo, pelo convite, Luís. Esta questão é uma questão importante porque, digamos assim, na história dos média e na história do sistema político que conhecemos por democracia, e ao qual eu chamo oligarquia liberal, está muito ligado a ideia de transparência da informação… da informação como, por um lado, a difusão do saber pelas pessoas e do conhecer, do ser capaz de conhecer, aquilo que o governo está a fazer e, no limite, fiscalizar aquilo que o governo, essa entidade abstrata, seja qual for o regime, está a fazer. Portanto, seria a teoria do *watchdog*, do jornalismo cão de guarda dos dominados relativamente aos dominantes. O problema é que, se isto se inverte, se esta relação se inverte, o *watchdog* fica a ser o guarda dos dominantes contra os dominados. Não porque exista propriamente funções de espionagem ou policiais, embora também possa fazê-lo, através do digital, nós já sabemos que a pegada digital é uma forma de controlo das pessoas, mas, sobretudo, porque é um instrumento de difusão, de propaganda.

Praticamente, hoje, no jornalismo corporativo tem contraditório, isto é, qualquer poder existe acima do jornalismo. E nós aqui… nós fazemos, normalmente, uma confusão muito grande entre

– o que é uma pergunta aparentemente estúpida – quem é que tem mais poder, os média ou a política. E isto é uma conversa, a meu ver, um pouco estragada, porque é, evidentemente, a política, porque só a política... Comparativamente, é como a ordem do político e do jurídico, não é? Quer dizer, quem é que predomina? É o político, não o jurídico. O político é que faz a lei. No limite, os média existem dentro dos limites que o político lhes permite. E isto é uma relação que, na prática quotidiana e nos estudos […] dos média, às vezes aparece um bocadito misturada, mas que num campo da filosofia política não tem dúvida nenhuma, nem da filosofia do jornalismo e da comunicação. É evidente que é a entidade política que permite a ação dos média.

Ora bem, nesse sentido, o que é que articula as duas? O que articula as duas são estruturas de propriedade. Digamos que, hoje, os média são… os média corporativos, não é? São empresas, propriedade de grandes empresas, que, entre outros bens e investimentos, têm os governos. Portanto, Guy Debord dizia, já há mais de 40 anos, que é estúpido perguntar se é o poder económico ou o poder político que predomina na relação entre cada um deles, nos nossos sistemas. Bom, isto é um sistema integrado, não é? O exemplo disto que temos mais frequente é o exemplo das portas giratórias. Eu agora sou ministro ou secretário de Estado, assino um contrato leonino que põe o Estado ao serviço de uma entidade privada qualquer, para fazer uma obra, por exemplo. Depois saio do governo e vou ser administrador da imprensa com a qual assinei o contrato enquanto ministro. O sistema das portas giratórias é, digamos assim, a expressão pública desta ação velada que incorpora os média e o poder político, tendo como denominador comum o poder económico. A partir daqui, digamos que estão resolvidos dois problemas, a qualidade da democracia e a qualidade dos média. E qual é a solução? Não existe qualidade.

**Luís Loureiro:** É muito interessante aquilo que referes. Todos temos a perceção de que, de facto, as questões da economia política são fundamentais, mas é raro que as pessoas consigam desenvolver um pensamento crítico, aí está, desenvolver pensamento, desenvolver pensamento crítico, na tua perspetiva e do teu livro é desenvolver pensamento, no sentido de seguir aquela velha máxima do jornalismo de investigação, que tu também, certamente, aplicaste, do *follow the money*, seguir o dinheiro, o rasto do dinheiro. Nós nunca… acabamos por nunca conseguir seguir o rasto do dinheiro.

**Rui Pereira:** Pois, e isso é fundamental porque é justamente o... Nós temos, em Portugal… escapam anualmente, às declarações ao fisco, cerca de 10 mil milhões de euros que são investidos em *offshore*, que são passados para o *offshore*. Esse dinheiro tem de ser declarado. Esse dinheiro nunca é declarado. Mas nós podemos andar… e aqui temos o problema da qualidade da informação, podemos andar atrás do tanque do Ministro da Administração Interna, com uma fatura de 28 mil euros, não é? Portanto, e isto diz-nos tudo sobre, quer a qualidade da democracia, em que há um Secretário de Estado, em que há o Ministro das Finanças, a Inspeção de Finanças, que é o único serviço em Portugal que funciona, que deixa passar 10 mil milhões de euros para *offshore*, não é? E andamos à procura de 28 mil euros no tanque do Ministro, em Odemira ou lá onde é. Portanto, isto é a completa disfunção, quer do sistema político, quer do sistema mediático, não é?

Portanto, agora aqui o que é que acontece? As pessoas não podem ter esta interpretação, porque, vamos dizer assim, vou citar outra vez o Debord, não é? O Debord dizia que, nos comentários sobre a sociedade do espetáculo, o que aconteceu é que, hoje, já desapareceu qualquer hipótese de pensamento lógico e de pensamento estratégico. Até do ponto de vista da política. Até do ponto de vista da dominação política. Se nós formos ver o que é que se passa e vemos o quotidiano, e os noticiários são bons para isso, a gente percebe que isto é navegação à vista. Ainda não temos navegação astronómica, não é? Portanto, por este caminho ainda não tínhamos descoberto os Açores. Ainda andávamos ali à volta da costa ocidental da África nos Descobrimentos. Portanto, o triunfo da ação sem pensamento é o triunfo das notícias sem porquê. Porque é que escapam 10 mil milhões de euros e ninguém acha isso estranho? E toda a gente acha muito estranho lá que o ministro tenha um tanque, uma piscina, ou o quê, de 28 mil euros, não é? Embora… eu não estou a minimizar este caso, nem a maximizar. Estou só a dizer que entre 10 mil milhões e 28 mil há, sim, uma certa diferença, não é?

**Luís Loureiro:** Eu iria passar daqui, então, desta questão, destas questões, destas minudências, das coisas que, no fundo, quero dizer… vamos ver, eu, como cidadão, sou capaz de perceber o que é que são 28 mil euros, não é? Como cidadão, também não faço a menor ideia o que é que são 10 mil milhões ou 10 mil biliões, ou o que seja, porque, de facto, confunde a cabeça de qualquer pessoa dita normal. E aqui estará, eventualmente, um dos alçapões, uma das armadilhas, precisamente, da comunicação contemporânea, da informação contemporânea, que acaba por nos levar a entender apenas mensagens simples, chavões, e a entender toda a comunicação política a partir de chavões, e não aquilo que, de facto, mexe com as nossas vidas.

É um alçapão, por um lado, que nos faz cair nele, uma armadilha que nos prende, e depois impede-nos de ver, de facto, aqui a realidade. Eu gostaria de relacionar isto, então, com o ressurgimento, que é uma questão contemporânea, dos fascismos. Que tu também tens vindo a analisar, mas não sob a perspetiva meramente ideológica, que é uma perspetiva que me parece interessante também trazer aqui, ou seja, uma perspetiva a partir do próprio hemisfério comunicacional.

**Rui Pereira:** Sim, isto é um problema muito grave. Deixando tanto pensar que os média, o dispositivo mediático de qualquer sociedade, é um mecanismo de socialização secundária. Temos mecanismos de socialização primária, a família, a escola, a escolaridade, e é por isso que não se pode estudar a comunicação sem estudar a educação, sem estudar os sistemas de instrução, não é? E a cultura, naturalmente. E, portanto, porque é que nós, de repente, começamos a andar à procura do fascismo numas políticas meio desgarradas, nuns políticos a que chamamos populistas, porque, como não põem bombas, não podemos chamar terroristas, chamamos-lhes populistas, mas ao mesmo tempo eles progridem, não é? Criticamo-los e eles progridem.

O caso português de André Ventura é um caso muito típico, não é? O André Ventura… há um estudo de um jovem de licenciatura da Universidade de Nova, nas nossas áreas, das ciências da comunicação, a universidade onde eu comecei por estudar, a Nova, de Lisboa, que mostra que André Ventura teve, por exemplo, mais entrevistas televisivas durante um determinado período do que os dois primeiros ministros juntos naquele período, Montenegro e António Costa. Ora bem, qual é o interesse… agora, o Chega tem 60 deputados, mas tinha só um, e isto já existia quando André Ventura estava sozinho. Qual era o interesse de ouvir aquele indivíduo solitário, podia ser agora o homem do JPP, eleito pelo Funchal, que está lá agora, mas não se vê esse homem a dar entrevistas. Porque é que André Ventura dava tantas entrevistas, não é? Quando estava lá sozinho? Bom, porque há duas coisas: André Ventura serve… é boa televisão, André Ventura dá aquilo que a gente chama *soundbite*, não é? Os chavões de que falavas, precisamente pelos quais é feita hoje a política através de chavões que se seguem uns aos outros André Ventura dá boa televisão sempre, não é? É como combates de *wrestling*, não é? Porque é que isto assenta bem? Porque a nossa cultura é uma cultura do brutal e foi por isso que eu convoquei a ideia do brutal como categoria da contemporaneidade. O brutal é o quê? É o triunfo da ação sem pensamento, é o triunfo das pulsões, da pulsão eufórica, da pulsão disfórica e, no limite, uma funcionalidade que se torna passional e potencialmente violenta. Porquê violenta?

Porque, em cenários de escassez, as espécies reagem com violência e à medida que vai escasseando o diálogo, a racionalidade, as próprias condições de vida, temos todo o caldo de potenciação da violência. Por outro lado, a violência constitui de há muito, não é de agora, de há muito, o maior espetáculo do mundo. Basta ver as produções cinematográficas televisivas, de ficção, etc,, etc… E é no conflito e na violência que elas estribam todo o seu êxito. A partir deste momento, sociedades constituídas, criadas, instruídas, instituídas a partir da violência, identificam muito mais facilmente padrões de violência do que padrões de racionalidade e é daqui que vem a categoria do brutal. As entrevistas de Ventura, as intervenções, são coisas brutais. Quer dizer, todo o tratamento que é dado à ação parlamentar por aquele grupo de indivíduos, de cidadãos, se alguém conhecer um pouco da história, e André Ventura admito que a conheça, os outros não, mas André Ventura deve conhecê-la… Há lá mais um ou dois que talvez… sabe perfeitamente que quando o grupo dos Nacionais Socialistas foi eleito para o Parlamento, para o Reichstag, era justamente isto que faziam. Mas esses, enfim, compareciam fardados, etc., etc., etc. Estes não, porque os tempos hoje mudaram de maneira que a nossa tendência é andar à procura do fascismo justamente onde ele não está. Lembro-me sempre de uma das últimas entrevistas de um grande escritor norte-americano, Norman Mailer, que ali no princípio do século XXI – ele morreu pouco depois – dizia assim: bom, vão pôr guardas, arame farpado, com torres de vigia etc., etc., etc. e só sei que não lhe vão chamar fascismo, não é? E isto é o fascismo, o fascismo como categoria incorporada por cada um de nós e aqui é que está a importância… Isto tem um equivalente na censura, nos média, que é a passagem do gabinete de censura à autocensura. Quando o jornalista se autocensura, o jornal já não precisa de ir à comissão de censura porque já se sabe que não vai estar de lado nada de mal. De tal forma que o fascismo quando é incorporado sob a forma de vivência íntima, através do brutal e da violência, está garantido que o sistema vai andar por si mesmo, não é? Portanto, procurar o fascismo onde ele não está é uma das atividades fascistas a que nos dedicamos hoje em dia.

O caso do Chega ou outros casos similares por essa Europa fora que têm tido muito êxito eleitoral… não são êxitos dessas agremiações, são falhanços do sistema que chamamos democrático e que eu chamo oligárquico e, agora, em transição para oligocracia, sistemas oligocráticos. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que em vez de ser um poder que vem de uma certa autoridade, de uma certa tradição – a oligarquia – é um poder que se afirma cada vez mais pela força, pelo *kratos*, o caráter do poder que se exerce como força. Basta saber um bocadinho da etimologia, não é?

**Luís Loureiro:** Rui, poderemos dizer que, como há 100 anos, mais ou menos, o capitalismo começou a experimentar, digamos assim, a sua perda de disfarce através da assunção do fascismo concreto, ideológico… o que tu estavas a descrever há 100 anos, com os deputados nazis fardados no Reichstag a fazer aquilo que hoje fazem sem farda, ou sem aparente farda, os deputados da extrema direita em Portugal e em outros países… Mas, como há 100 anos, 100 anos depois, o capitalismo já pode dispensar o próprio, digamos, o seu disfarce como democracia?

**Rui Pereira:** Ele não pode continuar esse disfarce, não é? Nós estamos numa situação… o sistema do capital está numa situação relativamente inédita e isso é muito propiciado pela técnica, pela evolução da técnica. Que é a quase inevitabilidade de que a próxima geração vai viver materialmente pior do que a anterior. E isto é uma coisa nova no mundo do capital, pelo menos, enfim, no campo mundial das potências dominantes – que a geração seguinte vá viver pior do que a anterior é uma coisa inaceitável e o capitalismo sempre conseguiu viver materialmente… sempre conseguiu evitar isto e, agora, não consegue. Não consegue porque, efetivamente, a inteligência artificial qualquer dia dispensa-nos a todos, aos professores, não é? Não vale a pena, não é preciso haver professores. É mais barato haver uma maquineta, não é? E vai dispensar não sei quantos milhões de pessoas. A Volkswagen anuncia despedimentos de 100 mil pessoas na Europa, neste momento, quer dizer… Portanto, a partir deste momento o fascismo como recurso… o fascismo não é uma doutrina, o fascismo não é uma ideologia. Não é uma doutrina, o fascismo é um recurso do sistema do capital e no limite do sistema industrial em si mesmo, até numa visão mais aprofundada, mas é um recurso de dominação do sistema do capital quando já não tem outro, não é?

Portanto, a partir do momento em que a contestação das pessoas torna completamente inconsequente… nós vemos milhões de manifestantes por causa da Palestina então proíbem-se as manifestações pela Palestina, mas vimos esses milhões de pessoas relativamente à guerra no Iraque em 2003, à agressão contra o Iraque, milhões de pessoas – em Londres, foram as maiores manifestações a seguir depois das manifestações da vitória na Guerra Mundial… quando nós vemos isto acontecer e a inconsequência disto – daquilo a que se chama opinião pública, não é? Que é uma hipostasia, é uma coisa que não existe, que é dotada de substância, não é? Quando nós vemos que a opinião pública é completamente inconsequente, percebemos que perdeu-se completamente a relação que ligava representados e representantes. Isto significa que a oligarquia ficou sozinha e que a única forma que tem de conseguir dominar – e esse é o problema

fundamental da política como é que poucos dominam muito – como é que os poucos conseguem dominar muitos vai ser a força, vai ser a redução à força, e a isso nós chamávamos fascismo, não é? E é isso, na substância, o fascismo que é a perda da máscara do capitalismo, não é? Foi assim no princípio do século XX e está a ser assim no princípio do século XXI.

**Luís Loureiro:** E, nesse sentido, também poderíamos falar da perda, digamos, do caráter da panela de pressão, da metáfora da panela de pressão dos média?

**Rui Pereira:** Sim, os média são… no limite… No princípio do século estreou um filme muito engraçado, que era o V de Vingança – V for Vendetta. E há lá, a partir da história do Guy Fawkes e da conspiração do Guy Fawkes no século XVII, na Inglaterra… e há uma passagem desse filme, em que há uma família que está a ver o noticiário e eles riem-se daquilo que o jornalista do noticiário está a dizer… nós estamos muito perto de chegar aí, de estarmos a ver o noticiário e as pessoas estarem a rir-se porque aquilo é uma completa anedota, completamente aldrabice, as pessoas já sabem. Agora, nesse sentido os média já não são uma panela de pressão, os média fazem parte da pressão da panela. E isto é uma contradição enorme. Portanto, os média vão tornar-se, também, digamos assim, agentes daquilo que eu chamo a proliferação da inconsequência – quer dizer, as coisas não têm consequências, a gente diz as coisas e elas não têm a mínima consequência. As notícias, tal como não têm causa, não têm porquê. Depois também não têm consequências. Qualquer ministro diz que assume plenamente a responsabilidade. Sim, e isso é fazer o quê? Assumir a responsabilidade? É dizer que assumiu a responsabilidade, não acontece nada. E isto, quando é incorporado como categoria existencial, a gente passa, transpõe esta esfera abstrata da inconsequência para a vida pessoal e começamos a ver condutas completamente absurdas nas pessoas, condutas completamente tontas. Pessoas que fazem coisas que vão ter evidentemente uma consequência desastrosa, mas que elas continuam a fazê-las alegremente e, quando se confrontam com a consequência, ficam muito surpreendidas. Isto é uma incorporação da generalização da inconsequência e, daí, reflexão na vida. É, digamos assim, o triunfo do brutal.

**Luís Loureiro:** Eu faria, digamos, aqui a quadratura do círculo, se me permites, relativamente a esta questão dos média que tu colocas, que tu invertes como parte da pressão da panela, para a desinformação, ou seja, nós temos, ainda hoje, um discurso relativamente à desinformação –

ou temos um discurso dominante relativamente à desinformação – que coloca, digamos assim, apenas numa… se dividirmos a coisa por hemisférios – eu há bocado utilizei a expressão hemisfério – se dividirmos a coisa por hemisférios, o hemisfério dos média ou dos média tradicionais ou daquilo que agora se chama os *legacy media*, os média de herança, digamos assim… Temos, desse lado, quase um discurso impoluto de que não existe desinformação produzida através destes média que, eventualmente, aqui é um discurso que merece que nós o reflitamos, desde logo. Por outro lado, a colocação do ónus da desinformação toda naquilo que as iniciativas individuais, iniciativas de organizações obscuras etc., etc., têm na… através da internet e das qualificações que vamos dando a essa internet, desde a internet escura – a *dark web* – até outras qualificações. Tu, há bocadinho, falaste do V for Vendetta e eu lembrei-me dos Anonymous que utilizam precisamente essa iconografia.

**Rui Pereira:** Ora bem, nós aí temos um problema que é o problema do pensamento académico sobre o digital. O pensamento académico sobre o digital conheceu dois grandes momentos: um momento eufórico em que, de repente, se pensou que chegou a liberdade em que todos nós tínhamos uma palavra a dizer e que essa palavra estava ao mesmo nível de todas as outras palavras que se disseram, não é? Isso são os anos 90, princípio do século XXI.

Depois, um segundo momento, em que percebemos que, aparentemente, teríamos libertado um monstro, não é? De repente, toda a gente tinha acesso à palavra e essa é a ideia de Umberto Eco quando dizia que o digital e as redes sociais tinham sido a promoção da taberna à esfera pública, não é? Uma perspetiva eufórica e uma perspetiva disfórica. Mas, agora, esta perspetiva disfórica ganhou uma razão instrumental: permite o ónus de toda a desinformação, de toda a desordem informacional, como se chama, num termo bastante pouco feliz, a desordem informacional passa para o digital. Isto é, são os indivíduos, são essas organizações obscuras ou são os indivíduos que se desinformam que são responsáveis pela desinformação? Isto tem muito a ver com o sistema chamado neoliberal em que as pessoas são responsabilizadas pelo fracasso que lhes é imposto, não é? A culpa é tua. José Mário Branco já há muito tempo dizia isto, num disco notável chamado FMI, a culpa é tua, não é? Ora bem, isto implica da nossa parte, académicos das ciências da comunicação, a meu ver, um grande volte-face na investigação e na consideração… no pressuposto a partir do qual investigamos as redes é que quando os *legacy média*, os média tradicionais, se arvoram em juízes do verdadeiro e da verdade única, e vão fazer sistemas de verificação de factos no digital, isto significa que eles são juízes. não são parte. Ou seja, eles é que vão determinar o que é verdade e o que não é verdade, independentemente da

realidade das coisas. Sucede que, hoje em dia, com este afunilamento, com esta pressão crescente, com esta oligocracia, o sistema mediático verte mais desinformação ou, pelo menos, tanta desinformação quanto o sistema digital e, mais, verte-a de forma orientada e verte-a sem nenhuma possibilidade de ser fiscalizado. Quem guarda o guarda, não é? A partir do momento em que os média convencionais se transformam, eles próprios, no guarda, passam a ser eles que guardam nomeadamente a si mesmos. E quem trabalhou nos média – como tu, eu e tanta gente que trabalhou nos média –, sabe muito bem como é que aquilo funciona. Portanto, hoje em dia, o que sucede é uma coisa absolutamente paradoxal: é que é unicamente no lixo que a gente consegue encontrar alimento; é justamente entre a lixeira do digital que se pode encontrar alguma informação que não veremos seguramente nos média convencionais. E isto devolve-nos à situação paupérrima da nossa existência: em que chamamos vida a uma coisa que é apenas sobrevivência; são os pobres na cidade que vão tentar encontrar nos contentores do lixo alguma coisa para comer. E esta é, hoje, a nossa condição: andamos a tentar encontrar alguma informação nos contentores de lixo dos média digitais. Porque nas centrais de tratamento de lixos, que são os média convencionais, seguramente que não há alimento para nós.

**Luís Loureiro:** Rui Pereira, estamos mais ou menos no final de um período de uma meia hora mal calculada, agradeço-te imenso a disponibilidade, a qualidade da conversa que, de facto, nos deixa muitas pistas para reflexão. Penso que vem na altura certa, levamos isto para pensar nas férias. É uma boa altura para resistirmos à máquina trituradora da produção de ruído informacional em que estamos todos imersos. E que também faz parte, exatamente, dessa máquina que tu retrataste, já não como democracia, mas como oligocracia, que é uma designação que eu penso que nos deve, de facto, ser impressa no pensamento para conseguirmos ter chaves de resistência num tempo que bem necessita delas. Muito obrigado.

**Rui Pereira:** Muito obrigado, Luís. Muito obrigado à Universidade do Minho que é, também, a minha universidade. Foi aí que me doutorei, essa universidade é a minha universidade. Um grande abraço.

**Luís Loureiro:** Um grande abraço. Estados do Tempo, final do episódio 11 com Rui Pereira, professor associado da Universidade de Lusófona do Porto, investigador, autor, antigo jornalista

durante 20 anos, foi o nosso convidado de hoje. Refletimos acerca do tema qualidade de informação e/ou qualidade da democracia: o ovo de Colombo. Muito obrigado pela atenção.

**[música]**

**Luís Pinto:** Foi o episódio de julho de 2026 do Estados do Tempo, com produção do BIP – Barómetro para a Qualidade da Informação, da Universidade do Minho. Este episódio contou, desta vez com Luís Miguel Loureiro na condução da entrevista e o nosso convidado foi Rui Pereira. O registo e pós-produção foi de Pedro Gaspar, a curadoria de Tiago Estêvão, Inês Mendes esteve no apoio à produção. A apresentação é de Luís Pinto. Obrigado por nos escutar e até ao próximo episódio.

**[música de encerramento]**